

HERÓDOTO E O ORIENTE: UMA LIÇÃO DE HISTÓRIA

Maria de Fátima Silva *

Resumo:

Heródoto concebeu a sua narrativa segundo uma dinâmica de causa e efeito, percebendo sentidos simbólicos, à luz de conceitos, morais ou filosóficos, em vigor no seu tempo. Mais do que fazer História, Heródoto fazia Filosofia da História; ou mais do que narrar um conflito paradigmático entre persas e gregos, servia-se dele para promover, por um jogo de analogias, uma Biografia da Humanidade. E essa seguia um trajecto de sucessivos confrontos, em que, através de aproximações e divergências, se construía um novo desenho geopolítico do mundo conhecido.

Palavras-chave: Etnologia; Oriente; Guerras Pérsicas; Historiografia.

*Enquanto as nações, individualmente,
apenas compreendem
os pormenores da sua própria situação,
o historiador, ao juntar as diversas tradições,
adquire uma consciência mais ampla,
não confinada a unidades individuais,
mas abrangente da real natureza e permanência
da História, na sua totalidade.*

(IMMERWAHR, H. R. **Form and thought in Herodotus**. Cleveland: Scholars Press, 1966, p. 16)

Como testemunha de um tremendo recontro de culturas – o que confrontou o grande império persa com a Grécia nas primeiras décadas

* Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

do séc. V –, Heródoto propôs-se um relato objetivo, testado pela verificação, pela pesquisa no terreno, pelo cotejo de informações divergentes que o habilitassem a registrar um conflito, sem dúvida o de maiores proporções até então vivido por um grego. Ganhava assim, legitimamente, o epíteto de “pai da História”. Mas o que Heródoto se propunha fazer não se limitava à narrativa pormenorizada ou exaustiva de um episódio concreto, por mais relevante que ele pudesse parecer. O seu propósito, como o próprio enuncia no prefácio das **Histórias**, ia mais longe e visava preservar a memória de um conjunto de circunstâncias que conduziram a esse desfecho. A amplificação de uma vintena de anos de guerra para o período de pouco menos de um século – o que separou a ascensão de Creso ao poder, 560 a. C., do termo das Guerras Pérsicas, em 479 a. C. – permitiu-lhe abandonar a perspectiva do casuístico no sentido do evolutivo, e não apenas narrar um episódio, como também justificá-lo nas suas causas e condicionantes. O que equivale a dizer que não se tratou, para Heródoto, de se limitar a uma narrativa meramente objetiva, imparcial ou técnica; a esse suporte de base, que o “pai da História”, mau grado as dificuldades que se colocavam a este primeiro exercício historiográfico, procurou estabelecer com o possível rigor, somou-se a visão interpretativa do narrador, capaz de partir dos dados concretos para os estímulos ou fatores que lhes subjazem, e de entender, como determinante, uma lógica propulsora. Sob uma dinâmica de causa e efeito, o historiador vislumbrou sentidos simbólicos, à luz de conceitos, morais ou filosóficos, em vigor no seu tempo. Mais do que fazer História, Heródoto fazia Filosofia da História; ou mais do que narrar um conflito paradigmático entre persas e gregos, servia-se dele para promover, por um jogo de analogias, uma Biografia da Humanidade. Essa é a perspectiva que faz de Heródoto o mais velho dos pensadores da História e, ao mesmo tempo, o mais atual de todos eles.

Da sua intenção universalista – dentro dos limites do mundo conhecido de então – nos dá conta o proêmio das **Histórias**. Além do que poderia parecer uma monografia – o relato de um período de 20 anos correspondente às Guerras Pérsicas –, Heródoto prometia muito mais. Como sua matéria, dentro de um plano de unidade básica na condição humana – una e idêntica, como força unificadora, em plano superior, a todas as outras dissimetrias culturais ou políticas¹ –, definia *tá genómēna tōn anthrōpon*, “as realizações do quotidiano da Humanidade”, a par dos *erga megála kaí thomastá*, “os feitos grandes e notáveis” (1. 1), uns e outros dignos de registo e de memória. A junção destes dois planos da experiência do Homem – o que constitui a

normalidade e o que resulta de tempos de evolução e de crise – não produz, na narrativa, uma soma anárquica de parcelas distintas; realidade e história, pelo contrário, articulam o cotidiano com o heroico, como duas faces de uma mesma moeda. Sobre a massa uniforme de atos que designaríamos por da “condição humana”, Heródoto procedeu à identificação dos grandes fatores de diferença. Em primeiro lugar, os *tá genómēna*, aquilo que constitui os elementos de identificação cultural de cada povo, as suas práticas e costumes, ou seja, cada uma das peças de um imenso puzzle que é a Humanidade no seu conjunto. Estes são, antes mesmo que os primeiros movimentos políticos se iniciem, os fatores de diferenciação matriciais. São eles que se irão concretizar nos múltiplos capítulos que Heródoto dedica à etnologia, a definição de um conjunto de regras de comportamento elementares – relações sexuais, alimentação, vestuário, língua, negócios, funerais, religião –, que desenharam a policromia universal.

A caracterização de cada povo, nesse momento embrionário do relato histórico, assenta no cotejo, tendo por referência inevitável os *nomoi* gregos. Mas além da dicotomia tradicional estabelecida entre gregos e bárbaros, Heródoto sentia-se habilitado a aprofundar esta classificação básica e a descobrir, dentro do anonimato que o termo “bárbaro” pressupõe – simplesmente aquele cuja língua se torna incompreensível aos ouvidos de um heleno –, nuances que justificaram um novo desdobramento: o que demarca diferenças entre bárbaros e bárbaros, e assim abrir caminho a uma delimitação cultural mais minuciosa. O momento em que, convencionalmente, esses capítulos etnológicos ocorrem nas **Histórias** é também sugestivo. Eles são anexos permanentes da narrativa das grandes campanhas militares, dados como informação prévia sobre o povo que se vai alvejar, ou como epitáfio do povo anexado. De uma forma ou de outra, são uma espécie de canto de cisne, de registo de uma identidade prestes a diluir-se sob o ascendente de um conquistador, ou de uma diferença que se elimina dentro de um núcleo de unidade maior. Servem igualmente para potenciar a compreensão do comportamento ou reação do invadido perante o ataque, dentro do princípio de uma correspondência entre rotina e crise.

Uma palavra é devida aos fatores que, de acordo com as **Histórias**, fundamentam a diferenciação nos comportamentos básicos e que podem estimular diversos ritmos de progresso e de mudança. O clima e as condições do terreno são essenciais à definição das práticas e costumes dos habitantes de cada espaço. Parece patente a Heródoto, se sujeitas as várias comunida-

des humanas a um processo comparativo, que, quanto maior for a riqueza em recursos naturais, generosamente distribuídos pelo ecossistema, maior a simplicidade de vida e a sua qualidade. A própria defesa e equipamento bélico, característicos de sociedades mais sofisticadas, são sinal de vulnerabilidade a exigir proteção; porque, se remotos e inatingíveis, os povos tendem a ser pacíficos; mais eficaz do que qualquer potencial militar é, neste caso, a proteção natural que a própria localização geográfica lhes proporciona. Um caso exemplar pode ser o dos citas, um povo que ocupou um território imenso entre o extremo oriental da Europa e os confins da China – e que por isso, em função da própria amplitude do espaço, tendeu a comportamentos específicos, a par de várias práticas comuns que permitiram uma ideia de unidade sob uma legenda única, “os citas”. Todo o plano geográfico do seu território aparecia, aos olhos de um grego, repartido por uma rede hidrográfica impressionante, que distribuía as tribos, determinava a economia regional e decidia da circulação das gentes. Constituía, portanto, uma série de barreiras naturais a retalhar um imenso terreno e controlava as comunicações. Em consequência, a extensão tornava difícil qualquer arremetida contra os citas; ou mesmo, se associada às características do clima especialmente gélido em algumas das suas regiões, preservava a inacessibilidade desses territórios.

Ainda no caso dos citas, entre os numerosos traços particulares, há um essencial, que merece ser sublinhado (4. 46-47). Para uma dificuldade que se coloca igualmente à Humanidade no seu todo – como encontrar uma estratégia eficaz de defesa contra qualquer agressão exterior –, os citas foram os únicos, na opinião de Heródoto, a descobrir uma solução eficaz: “É uma gente que não tem cidades nem muralhas; anda de casa às costas e todos eles são arqueiros a cavalo; não vivem da agricultura, mas da criação de gado; e as casas levam-nas com eles nas carroças”.

E mais, justifica Heródoto: “Se adotaram este tipo de vida foi porque o terreno em que viviam a isso era propício e os rios colaboravam”². Este é o retrato que Heródoto dá de uma comunidade nômade, movido pela profunda surpresa que uma tal opção de vida produz em povos de hábitos sedentários (HARTOG, 1979, p.135-48; WEST, 1988, p.207-11). A grande vantagem do nomadismo tinha-se tornado patente, como um padrão bem-sucedido de autodefesa, quando o monarca persa Dario projetou a anexação da Cítia ao seu império, seduzido pela prosperidade da Ásia em homens e recursos. A estratégia de resistência adotada inspirou-se na diferença geográfica e de costumes, que permitiu aos citas confrontarem os seus perseguidores com

um terreno, em que só eles sabiam mover-se com rapidez e segurança. Em consequência, a sua reação ao invasor não passou pela esperada confrontação, mas por uma errância que Dario, incapaz de perceber a diferença, tomou por covardia; pura ignorância, quando, afinal, os citas não faziam mais do que prolongar, em tempo de conflito, a normalidade do seu cotidiano.

Às vivências que a tradição converte em costumes, Heródoto acrescenta, como alvo central da sua exposição, *erga megála kai thomastá*, “os feitos grandes e notáveis”, uma vez mais – preservando a sua visão ecumênica – cometidos por gregos e bárbaros. São esses, sobretudo, os momentos que rompem com a rotina do cotidiano, com o isolamento e com a diferenciação cultural, e promovem, pelo ataque e pela defesa, os grandes choques sociais e políticos. São eles que aproximam ou condicionam o que antes tinha independência, ou que fraturam o que pretendia unir-se; numa palavra, que alteram o jogo de fronteiras e de poderes estabelecidos.

A história do Oriente, que no relato de Heródoto ocupa os cinco primeiros livros, é dessa realidade a prova concludente. Encarado como uma espécie de “incubadora das regras universais”, o Oriente registou, na versão de Heródoto, cada uma das etapas civilizacionais que vieram a promover a globalização asiática. Antes que “os feitos grandes e notáveis” servissem de alavanca à História da Humanidade, os primeiros passos de contato entre comunidades, distintas e repartidas pelos elementos naturais, obedeceram a impulsos básicos. Ainda uma disputa pelo poder se não tinha instalado – que Tucídides, décadas mais tarde, havia de reconhecer como um impulso natural na natureza humana, que o mais forte domine o mais fraco –, foram as próprias necessidades básicas, associadas, como vimos, às condições geográficas, o que impôs os primeiros movimentos, as rupturas entre a independência diferenciada e uma progressiva unificação global. Nessa perspectiva, o caso dos fenícios pode ser modelar. Povo de zona costeira, os fenícios desde sempre sentiram um impulso natural para as grandes navegações, que lhes abriram as rotas do comércio (I. 1), unindo os grandes polos do mundo de então, Assíria, Egito e Argos, onde se situava o núcleo forte da Grécia primitiva. Ao procurar mercados para colocar os seus produtos, esse povo tomava uma iniciativa pré-política de globalização, que outro objetivo não tinha do que o desenvolvimento e a melhoria das suas condições de vida. Mas, por involuntária consequência, estavam também a promover um primeiro movimento de aproximação, entre universos até então diferenciados e alheios entre si, o Oriente e o Ocidente; é que,

sem qualquer plano ou previsão, o contato social anexou-se a um projeto meramente mercantil. Utilizando um símbolo vulgar na mentalidade grega – o de que os grandes conflitos que alteraram o rumo da História tiveram origem em raptos de mulheres –, Heródoto inclui, na atividade comercial dos fenícios, o raptos de Io, uma mulher argiva filha de Ínaco, o rei local. Com uma incursão pelo mito, o historiador desenha, em traços simples, o aprofundar de um relacionamento social, de que os intervenientes pareciam não ter ainda consciência. Io veio, num grupo de mulheres, até à costa, seduzida pela oferta de produtos desconhecidos. Foi quando a atenção a uma simples troca comercial alheava as argivas do que se passava em sua volta, que o raptos se deu, “que os fenícios, estimulando-se uns aos outros, se precipitaram sobre elas”. No comércio puro, em si mesmo uma permuta entre universos diferentes, introduzia-se o fator propriamente etnológico, no raptos de mulheres, incluída a filha do rei, a garantir uma aproximação futura entre raças e culturas distintas.

Igualmente expressivo é o caso das amazonas (4. 110-117), também ele inspirado numa tradição mítica. Foi no seu habitat natural, a Capadócia, onde levavam um regime de vida inédito – com comportamentos masculinizados, com atividades guerreiras, hábeis no uso do arco, para o que abdicavam da sua feminilidade amputando um seio –, que se viram vencidas pelos mais valorosos dos heróis gregos da tradição, entre os quais Hércules, Aquiles ou Teseu. Obrigadas ao exílio – desta vez por razões de segurança –, foi na Cítia que encontraram um outro refúgio. Se a sua identidade era, de origem, idiossincrática, as diferenças não deixaram de acentuar-se no novo território, onde o acaso de ventos e de vagas as depositou. Com a sua chegada, a Cítia tornou-se um laboratório da difícil coexistência humana. Depois de se apoderarem das manadas de cavalos de que a região era fértil – e de assim reencontrarem viabilidade para os seus hábitos ancestrais –, começaram a pilhar os bens dos seus novos vizinhos. E Heródoto sublinha os fatores de estranheza entre as duas comunidades: “Os citas não conseguiam entender a situação, porque não conheciam nem a língua, nem o traje, nem a raça daquele povo; interrogavam-se com surpresa de onde é que viria” (4. 111. 1). Mas, depois de verificarem, perante os despojos do combate, que se tratava de mulheres, os citas apostaram na aproximação e numa atitude de unidade em relação a um elemento que, por mero acaso, se infiltrava na sua paisagem. Da abordagem que promoveram foram encarregados os mais jovens, mais abertos à mudança e também mais cativantes para o adversário.

A estratégia adotada foi a de um convívio pacífico, que não contemplava a agressão e respondia com a fuga à investida das amazonas. Garantido pelas evidências um pacto de não agressão, como alicerce de convivência, passou-se à etapa da fusão. E essa, à falta de sentido político, fundamentou-se nas reações básicas da criatura humana; a gesticulação substituiu a linguagem, e o primeiro contacto foi sexual. Homens citas e amazonas promoveram encontros, primeiro ocasionais e fortuitos, até o momento da institucionalização, pela fusão coletivamente aceite, dos seus acampamentos. Mais hábeis no aprendizado da linguagem, foram as mulheres que fomentaram o caminho para uma negociação explícita: a de que os companheiros rompessem com a comunidade a que por origem pertenciam, para adotarem uma conciliação plena com as práticas das amazonas. Aceite a transferência, a deslocação para um outro território interpôs, como barreira de segurança, o rio Tânais entre os dois grupos, o que agora se inaugurava e os citas com que se rompia. Foi assim que, na Cítia, dentro de um xadrez de diversidade, surgiu uma nova tribo, a dos saurômatas, paradigma de uma fusão que reservou, na unidade voluntariamente construída, as suas marcas de distinção original. Ao contrário das outras mulheres citas, as saurômatas mantiveram o seu padrão de guerreiras e montadoras de cavalos, de hábitos e aspecto masculinizados. E mesmo a língua, embora fosse o cita o código que prevaleceu, denunciava desvios, “porque as amazonas nunca o aprenderam a falar bem” (4. 117). Esse é um caso exemplar, que parece gerido por uma vontade coletiva, com objetivos práticos de segurança e de sobrevivência, e que documenta o tipo de ajustes a que estiveram sujeitas as comunidades primitivas.

No plano da diferenciação, Heródoto usa um elemento convencional que, nas **Histórias**, não só tem uma simbologia transversal, como espelha uma leitura conceptual da época. Como se a uma entidade superior tivesse competido a planificação das diferenças que repartem a Humanidade, o espaço aparece retalhado por “barreiras líquidas”, mares e rios que servem de fronteiras naturais às diversas comunidades. Entendidas como parte da própria cosmogonia, essas barreiras mantêm a sua autoridade à medida que a relação entre sociedades evolui; quando o destino dos povos deixa de depender de uma vontade ou impulso anônimo e coletivo, para estar subordinado, numa comunidade já hierarquizada, às determinações de um chefe, as fronteiras naturais passam a ser também o limite a que a prudência tem de sujeitar-se, sob pena de um fracasso; este não afeta só interesses ou a sobrevivência, mas é também ético. Cresco, o rei da Lídia a que antes

de qualquer outro monarca oriental Heródoto dispensa atenção, é, nesse aspecto, também um primeiro modelo nas **Histórias**: senhor de um reino continental, projetou, com total inconsciência, desafiar os gregos das ilhas depois de dominar os do território asiático (1. 27). Atravessar o mar e ousar defrontar, em desvantagem, a competência naval do inimigo pareceu não só uma insensatez – neste caso, barrada a tempo por um conselheiro sábio³ –, mas também um erro estratégico, por não ter em conta a importância decisiva das diferenças que separam um povo de marinheiros de um de ambiente terrestre, que tem na cavalaria o seu ascendente.

Ultrapassar uma barreira líquida para promover, para além dela, uma campanha de anexação passou a ser visto como *hybris*, como um comportamento excessivo, ditado pela ambição humana, que os deuses ou as forças reguladoras do universo punem e não consentem. Esta evidência, que se haveria de repetir nas **Histórias** como condicionadora de todos os movimentos expansionistas, é anunciada com Cresos, que “governava a ocidente do rio Hális” (1. 6) e ousou atravessar essa barreira natural a caminho do desastre numa campanha contra Ciro; e tem o seu clímax com o grande projeto, executado por Xerxes da Pérsia, de investir contra a Grécia, no dizer de Ésquilo (**Persas**, 71-72), “lançando o jugo ao pescoço do mar”. Esse último passo, que é climático no relato das Guerras Pérsicas, vem em Heródoto rodeado de uma moldura extraordinária. Na iminência da travessia, multiplicaram-se cataclismos naturais, uma tempestade no Helesponto (7. 34-35), um eclipse (7. 37), uma trovoada (7. 42). Ao perceber a evidência de uma ameaça, o rei respondeu-lhe com insultos imponderados, expressos em palavras e açoites com que puniu o mar, dando a um destino que o empurrava para a desgraça, de motu próprio, a sua adesão. Heródoto, em certa medida antecipando Tucídides, reconhece como legítimos os movimentos de anexação que os mais poderosos promovem sobre os mais vulneráveis. Mas impõe a esta lógica universal a moderação, o célebre *μηδὲν ἀγαν*, “o nada em excesso”, que tem, politicamente, por limite, a barreira líquida. No código ético das **Histórias**, o desrespeito por essa fronteira é a garantia de fracasso e derrota. Com esse discurso simbólico, Heródoto exprimia a opinião de uma época, dominada pela consciência de que o mar representava, para os gregos, uma barreira natural efetiva, um tampão de segurança, num tempo em que lhes era evidente a incapacidade náutica dos orientais⁴. Por isso, essa perspectiva caracterizava também o perfil bélico distinto dos dois blocos, no conflito imenso que se avizinhava: os orientais com vantagem

em terra, os gregos superiores no mar, uma diferença que seria testada nas horas decisivas do conflito, Maratona e Termópilas de um lado, Artemísio e Salamina do outro.

Mas “feitos grandes e notáveis” estão sobretudo associados com guerras ou campanhas, um fenômeno inerente à organização e projeto político. Por isso – e regressando ao proêmio das **Histórias** –, entre as matérias a privilegiar, o autor coloca “a causa” que justificou o despoletar de conflitos entre gregos e bárbaros (1. 1). Este é, de fato, um elemento primordial na alteração do que modernamente designariamos por blocos geoestratégicos. E é também um aspecto em que Heródoto rompe com a lógica tradicional, aquela que via nos raptos de mulheres o motivo para a guerra entre a Ásia e a Europa. A verdade é que, mesmo no plano mítico, os raptos – de Io, Europa e Medeia –, que começaram por ser privados e ocasionais, deram lugar a outra ordem de objetivos⁵. Com a guerra de Troia, a mesma história conheceu um progresso civilizacional: neste caso, aos negócios sobrepôs-se a ideia de vingança e de poder (1. 4), que, pela primeira vez em Heródoto, justificava a gravidade dos acontecimentos: em vez de aceitarem, sem mais reivindicações, a alternância – mulher por mulher, negócio por negócio –, os gregos privilegiaram um objetivo político: “reuniram uma grande expedição, dirigiram-se à Ásia e derrubaram o poder de Príamo”. Tinha-se inaugurado uma nova ordem de relacionamento internacional, como Heródoto deixa claro: “A partir daí, os troianos passaram a entender o que era grego como inimigo. Os persas, de fato, consideraram como sua a Ásia e os povos bárbaros que a habitam, e a Europa e o mundo grego como um país distinto”. Estava estabelecida uma fronteira cultural e política, e acentuadas, em consequência, diferenças radicais entre os dois blocos.

Dentro dessa tradição, Heródoto adota uma metodologia autônoma para identificar a origem das dissidências que, depois de estabelecida a dicotomia entre Europa e Ásia, tenderam a multiplicar-se em período já histórico. Na sua leitura, foi Cresos da Lídia, o senhor de um primeiro império do oriente, quem despoletou a etapa inaugural de um conflito, que haveria de perdurar latente até os nossos dias – uma instabilidade que continua a fazer manchete a propósito dos atores políticos do Mediterrâneo oriental. Ao mesmo tempo que retomava uma tradição de divergências entre as duas margens do Mediterrâneo oriental, Cresos valia-se do ascendente que a riqueza de que era senhor lhe conferia. Certo de pertencer, dentro de critérios asiáticos – de riqueza, dinheiro, súditos contabilizados em totais surpreendentes e à primeira vista invencíveis –, aos

homens mais poderosos do universo⁶, o rei da Lídia podia assumir a dianteira numa diplomacia de aproximações e divergências. No sentido de aumentar o seu império pela anexação dos povos vizinhos, desencadeou uma política de agressão e cobrança de impostos – a marca essencial do imperialismo – contra os gregos da Ásia, e de aliança com os da Europa. Como resultado dessa política, Cresos realizou o que nas **Histórias** identifica o seu reinado: a unificação da Ásia ocidental, a implantação de um primeiro império do Oriente e o estabelecimento de contatos com a Grécia continental.

A guerra tornava-se o centro de uma teia de linhas de unidade e de diferença, submissa a razões que, de conflito em conflito, persistiam as mesmas: desejo de poder, defesa da própria supremacia, e vingança. Vingança e retribuição, já assinaladas na campanha de Troia, vão ganhando a evidência de um conceito capaz de estabelecer um certo equilíbrio num macrocosmos de diferenças e contraposições. Servem, sobretudo, de pretexto ao imperialismo, que nelas encontra justificação para atos de agressão que, verdade seja dita, sem elas não deixariam de ocorrer⁷. De fato, vingança e retribuição servem de máscara a intuítos mais convincentes, entre os quais as vantagens econômicas. Foi a riqueza da Ásia e da Europa o que sobretudo motivou as duas campanhas mais vultuosas que o império persa empreendeu, a da Cítia e a da Grécia, ainda que disfarçadas por uma retórica de vingança – contra os citas, pela ocupação, anos antes, da Pérsia, durante 28 anos, e contra os atenienses pela sua participação na revolta iônica. Esses são os assuntos que Heródoto expande na iminência de cada grande campanha, certo de que – como o afirmou no próêmio – mais importantes do que os pormenores do confronto armado ou o seu desfecho são “as causas” que lhe estão na origem.

Com o *logos* de Cresos, a primeira grande unidade histórica em Heródoto e uma espécie de paradigma do destino humano, revelava-se uma regra inequívoca entre os homens: aquela que reúne, em cada momento histórico, “cidades grandes e pequenas”, numa demonstração de que não existe uniformidade no progresso e que o desenvolvimento é um fenômeno por natureza assimétrico⁸. À divergência sincrônica, que alinha no mesmo estádio comunidades fortes e fracas, junta-se, no plano diacrônico, uma outra regra igualmente compulsiva e de que todos os monarcas de **Histórias** são paradigma: a que faz do processo histórico uma linha curva, com altos e baixos, em que a prosperidade (*eudaimonia*) se mostra inconstante, beneficiando ora uns, ora outros. Essa transferência de prosperidade não obedece a outra que não seja a regra da irregularidade. Em síntese, afirma IMMERWAHR (1966, p.153):

O ciclo de crescimento e retrocesso é, prioritariamente, um princípio individualizador. (...) Cada unidade – seja ela uma cidade, um país ou um indivíduo – só pode identificar-se pela configuração particular do seu ciclo de ascensão e queda. Constitui, portanto, uma parte evolutiva de um mundo histórico permanente, que constrói a sua constância sobre alternâncias de crescimento e retrocesso.

Daí que a História deva contemplar grandes e pequenos, na certeza de que nem uns nem outros se conservarão incólumes e em proporção permanente. De onde se pode concluir que o *cosmos* está, sobretudo, organizado com base na diferença; dela, porém, surge um estímulo à anexação, que é um primeiro passo para uma unidade arquitetada por um projeto tipicamente humano: a concepção da vida em comunidade e o desejo de poder.

Entre esse *logos* preambular e o objetivo climático das **Histórias** – a disputa militar pela separação política e cultural de Europa e Ásia –, Heródoto prossegue num longo relato em que o crescimento de um grande império oriental ganha forma, por um processo contínuo de conquistas e de hegemonias. O persa que ataca a Hélade é o herdeiro de uma tradição de guerra e de anexação, sob o lema “preserva o que herdaste e acrescenta ao teu poder uma nova parcela” (3. 134. 1). Foi esse o princípio que fez da corte persa um poder aglutinador que, durante décadas, se disseminou pela Ásia, África e Europa, até se converter numa enorme potência. Contra ela coube à Grécia, um país pequeno e pobre, oferecer resistência e afirmar a independência do espírito europeu, inspirado no seu próprio *nomos*. Todo esse processo implicou inúmeras campanhas e o defrontar sistemático de inimigos múltiplos. O choque sucessivo entre povos distintos e entre si desconhecidos produziu uma consciência lúcida das diferenças humanas e das regras que presidem à convivência universal.

De um território cultural e politicamente retalhado, a corte de Susa transformava a Ásia num grande bloco unitário, o império persa. Nessa experiência de crescimento e unificação, intervieram – além da mentalidade belicosa dos persas – fatores diversos. Sem dúvida, os meios, a competência, técnica constituíram uma condição relevante, mas não exclusiva, de sucesso. Os objetivos eram, antes de mais nada, coletivos, o benefício que o crescimento econômico traz ao bem-estar das populações. Mas o êxito tem também reflexos sobre os soberanos, a face individual de cada povo, gerando uma dicotomia inseparável: a que obriga o chefe a agir de acordo

com os seus subordinados, e estes a sofrer o efeito dos comportamentos do seu senhor. São paradigmáticos os argumentos usados por Atossa junto de Dario para o incentivar a uma campanha contra a Grécia (3. 134): muito do prestígio que possa ter junto do seu povo depende da submissão aos seus *nomoi*; um rei jovem e enérgico, que siga uma dinâmica de conquista de acordo com a tradição persa, impõe-se à opinião pública, ganha autoridade e, com isso, evita revoltas ou contestações; honra e prestígio são, ao lado de interesses econômicos e sociais, estímulos de ordem pessoal para uma determinada opção política (cf. 1. 185. 1, 1. 190. 2, 7. 5).

O sucesso exige, como condição *sine qua non*, o conhecimento do inimigo, a previsão dos seus comportamentos, numa palavra, a consciência das diferenças latentes. Logo, em vez da vantagem quantificável de uma das partes, o que realmente decide nos conflitos é a lucidez, a razão, o conhecimento, que podem subverter a previsibilidade do resultado. Essa realidade, que teve o seu teste supremo nas Guerras Pérsicas, foi visível desde os primeiros movimentos expansionistas registados por Heródoto. A ambição ou arrogância do mais forte, que o levam a encarar com menosprezo um inimigo mais débil, trazem em si um potencial de risco; e não é apenas a questão ética – com todo o seu peso – a justificá-lo, mas a própria avaliação racional dos fatos. Pronto a considerar inferior o adversário, porque remoto, selvagem ou mais pobre, o invasor poderoso desconhece as diferenças, despreza a realidade, deixa-se levar pela precipitação e pelas aparências. Por isso, a lição que Ésquilo exprimira com a conhecida norma “aprender pelo sofrimento” (Ag. 177) se lhe aplica com toda a propriedade.

O crescimento desse enorme império oriental, com os seus sucessos e reveses, corporizou um paradigma do que é a dinâmica imperialista e o seu diálogo com a diferença (1. 134. 2-3):

Têm uma estima muito particular, a seguir a si próprios, pelos que lhes vivem mais próximos; depois, por aqueles que vivem um pouco mais longe e assim por diante, vão medindo a estima por este critério; os que estão mais afastados têm-nos em muito pouca consideração. Estão convencidos de que eles próprios são, sob todos os pontos de vista, os melhores do mundo, e que os outros têm um mérito proporcional segundo o critério que referimos; os que lhes ficam mais afastados são a própria nulidade.

Dentro do mesmo princípio, estabelecia-se, a que parece, em Heródoto, a principal característica persa: um sentido de unidade fortemente hierarquizada, que contribui para um sentimento de poder e de natural domínio sobre os outros, que se consideram inferiores.

Além disso, décadas de experiência expansionista levada a cabo por uma sucessão de soberanos – depois de Cresus da Lídia e da anexação do seu reino à Pérsia, por Ciro, Cambises, Dario e Xerxes –, permitiram ao pai da História estabelecer um perfil para os condutores de povos, de quem depende o destino da Humanidade. Faz parte invariável do seu comportamento, mau grado a personalidade individual de cada um, o desejo de possuir, de afirmar autoridade, de valorizar o ascendente que detêm, sem uma interrogação sobre as diferenças que caracterizam o adversário. Avançam sem receios, surdos a avisos, sinais ou limites, plenos de certezas, para um risco que, com o curso do tempo e com a corrupção que poder e sucesso sempre acarretam, os empurra para a destruição.

Ciro poderá, dentro dessa galeria, além do fundador do poder persa, ser tomado como modelo de sentido político, que o pôs, durante boa parte do seu reinado, na via do sucesso. Vale a pena observar a forma como lançou os fundamentos da sua política expansionista, que transformou um pequeno povo no grande senhor do Oriente (1. 125-126). Tratou-se de definir um rumo e uma metodologia para o concretizar, antes de mais nada, tendo em consideração a idiossincrasia do povo sob seu comando. O segredo esteve na escolha: entre uma vida de conforto e de prosperidade, baseada na definição de um programa compatível, e uma outra, modesta e rotineira, de esforço e servidão. É nessa opção fundamental que assenta o progresso, desde que exista um chefe à altura de Ciro, capaz de conduzir a atuação coletiva; firmeza, coragem, conhecimento e racionalidade marcaram, neste soberano, a diferença, e mostraram como, mais do que os meios, era o talento humano, corporizado na figura do chefe, a condicionante decisiva do resultado. Animado pelos talentos inatos de que deu prova desde menino, o primeiro senhor da Pérsia levou os seus súbditos ao maior dos sucessos: a conquista da Babilônia, a mais forte e próspera de todas as cidades da Ásia de então.

Mas a par da linha da História, também a da existência humana segue um sentido intermitente. Atingido o apogeu, alguma imponderação e excesso passam a marcar os comportamentos humanos, conduzindo os poderosos a uma inevitável e rápida condenação. A morte esperava Ciro no país dos

Masságetas, um povo distante e desconhecido – embora corresse a fama da sua grandeza e valentia (1. 201) –, protegido pelo rio Araxes, como por uma fronteira natural, e governado, por morte do seu soberano, por uma mulher. É dessa comunidade, distante e enigmática, que surge a reação que golpeou, com a força do simbolismo, os interesses persas e pôs fim ao célebre Aquemênida. Junto ao Araxes, Ciro agia de acordo com um espírito perturbado e, surpreendentemente, inseguro: hesitou, cometeu excessos, prescindiu da ética e valeu-se do engano para abordar o inimigo; falhou, numa palavra, em relação a todos os critérios que lhe tinham garantido décadas de sucesso, por uma convicção excessiva das suas capacidades. Por seu lado, os acontecimentos obedeciam a um impulso elementar: de ânsia de domínio, por parte do mais forte, de repúdio em nome da sua identidade do lado do mais débil, num esforço de resistência perante uma ameaça de anexação. Por falta de lucidez do atacante, o resultado saldou-se num tremendo brinde: um brinde de sangue, que uma rainha, pessoal e politicamente ofendida, Tômiris, a senhora dos Masságetas, serviu ao grande senhor da Pérsia, que jazia, morto, a seus pés. Nesse gesto de vingança pessoal, saudava-se também a reposição da ordem e da diferença, na preservação de uma fronteira que um homem ambicioso e imponderado projetou violar.

Consideremos, por fim, a última das campanhas empreendida no trajeto histórico da Pérsia que Heródoto inclui na sua narrativa: o ataque à Grécia. De há gerações que esse projeto ia ganhando contornos vagos para se concretizar sob a égide de Dario e se desenvolver sob o controle de Xerxes. O convencimento progressivamente maior da sua vantagem, a pressão de uma tradição de conquista, a riqueza do alvo a atingir e o prestígio que adviria do sucesso eram, para o projeto persa, motivos mais do que suficientes. Por outro lado, uma política de reformas internas, empreendida por Dario, punha a Pérsia num clímax de poder e de recursos, estimulante a todas as ousadias. A ignorância que o invasor tinha do seu adversário ia-se tornando evidente. Sem se deter na avaliação da capacidade inimiga, Dario, num gesto simbólico que se repete nas **Histórias**, exigiu das cidades gregas uma oferta de terra e água, como sinal de submissão, e tomou a recusa como um pretexto para avançar. O projeto assentava, como de regra, na desproporção entre o mais forte e o mais fraco. Um exército numeroso e bem equipado, com o apoio de uma armada criada sobre muitos contributos, veio fortalecer a sobrançeria de um império e proporcionar um espetáculo de poder. Todas as interrogações sobre a identidade do inimigo – de que forças dispõem?

Que recursos financeiros possuem?, 7. 9 – só serviram de incentivo para avançar. Quaisquer temores que a dimensão do projeto pudesse alimentar, Xerxes calou-os com o espetáculo tranquilizante do seu poder. Reviu-se nas aparências; assistiu, do alto da tribuna, ao desfile, terrestre e naval, das suas forças (7. 44-46). Comoveu-se com a caducidade do poder, ao pensar que cem anos bastariam para apagar todos os traços daquele quadro de grandeza de que se sentia o construtor.

O teste a que tal potencial foi sujeito na Grécia revelou quanto errôneo era o seu pressuposto, como grande potência. Mais do que uma reação política ou militar, foi a natureza, o elemento profundo, visceral, do *cosmos*, a desmentir-lhe as expectativas. Iriam a terra e os recursos naturais dar resposta a semelhante ambição? (7. 49) A lição que a Grécia reservava ao imperialismo oriental era, de acordo com o seu *nomos*, de moderação e prudência. A natureza, em nome do equilíbrio universal, funcionou de elemento regulador. Por força do desconhecimento mútuo e das aparências, os grandes momentos do recontro – Maratona, Termópilas, Artemísio, Salamina – foram também um desencadear de surpresas para as duas partes. Aí, como diz NENCI, G. (ERODOTO. **Le Storie** VI, Fondazione Lorenzo Valla, 1998, XII-XIII):

Heródoto desenha dois mundos etnicamente antitéticos – unidos os gregos, compósitos os persas –, culturalmente distantes – defensores da sua pátria e provenientes de cidades livres uns, ao serviço de um déspota invasor os outros –, e militarmente desequilibrados – uns poucos hoplitas contra um exército imenso.

Em dimensão gigantesca, essa campanha viria a ser, apenas ainda uma vez, a concretização das regras que o processo histórico antes revelara. Depois de uma ameaça de unificação *contra natura*, o resultado de sucessivos combates afastava um inimigo ameaçador e repunha a natural diferenciação.

Em conclusão: Heródoto deixava, como mensagem central do seu relato, a tendência natural na condição humana para valorizar os seus próprios costumes, recursos ou vantagens, ou seja, os fatores de diferença entre as diversas civilizações. Foi esse individualismo posto à prova, num mundo em que se rasgaram fronteiras. O resultado, no dizer de Konstan, D. (*Persians, Greeks and Empire*, **Arethusa** 20, Johns Hopkins University Press, 1987, p.67), revelou uma verdade essencial: “Porque quantificáveis e exteriores, a posse de bens que se exibem à vista é a negação da excelência humana e da

arete”. Em síntese, esse é o traçado dos campos em confronto. No papel de grande potência, os persas viveram uma marcha ascendente, graças aos traços essenciais da sua cultura – unidade, ambição e magnificência –, os mesmos que os puseram na via do declínio. Atingido o seu clímax, o excesso aliado ao erro, ou seja, a quebra dos valores, justificou o desandar da roda da fortuna. Do seu lado, os gregos verificavam o mérito dos ideais e as suas potencialidades ética e prática. Heródoto perfilha o que talvez se fosse tornando a opinião mais geral perante os acontecimentos: a de que menosprezar a diferença é loucura e a de que depreciar os fracos é ignorância. Assim se anuncia, após o conflito, uma época de abertura e tolerância, em que a distância entre gregos e bárbaros, como entre povos prósperos e modestos, se reduzia. Essa lição representava, numa época de conflitos e mudanças, uma conquista para a Humanidade. O próprio sofrimento que a guerra sempre acarreta afirmava a lei suprema do equilíbrio e da harmonia universal: a do respeito pela diferença e a da avaliação sábia e prudente dos valores alheios.

HÉRODOTE ET L'ORIENT: UNE LEÇON D'HISTOIRE

Résumé: Hérodote a conçu sa narrative selon une dynamique de cause et effet, où il a entrevu des symboles, à la lumière des concepts, moraux ou philosophiques, de son époque. Au-delà d'être un historien, Hérodote se présentait comme un Philosophe de l'Histoire; ou plus qu'un narrateur d'un conflit paradigmatique entre les Grecs et les Perses, il s'en servait pour établir, par un jeu d'analogies, la Biographie de l'Humanité. Et celle-là passait par plusieurs confrontations, en bâtissant, par un procès d'approchements et de divergences, un nouveau dessein geo-politique du monde connu.

Mots-clé: Ethnologie; Orient; Guerres Persiques; Historiographie.

Referências bibliográficas

- EVANS, J. A. S. **Herodotus, explorer of the past**. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- HARTOG, F. La question du nomadisme: Les Scythes d'Hérodote. **Acta Antiqua**, v.27, p.135-48, 1979.
- HIRSCH, S. W. Cyrus' parable of the fish: sea power in early relations of Greece and Persia. **Classical Journal**, v.81, p.222-9, 1986.

IMMERWAHR, H. R. **Form and thought in Herodotus**. Cleveland: Scholars Press, 1966.

IMMERWAHR, H. R. Aspects of historical causation in Herodotus. **Transactions of the American Philological Association**, v.87, p.241-80, 1956.

LATTIMORE, R. The wise adviser in Herodotus. **Classical Philology**, v.34, p.24-35, 1939.

ROMILLY, J. La vengeance comme explication historique dans l'oeuvre d'Hérodote. **Revue des Études Grecques**, Paris, v.84, p.314-37, 1971.

WEILER, I. Greek and non-Greek world in the archaic period. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, v.9, p.21-9, 1968.

WEST, S., The Scythian ultimatum (Herodotus IV. 131, 132). **Journal of Hellenic Studies**, v.108, p.207-11, 1988.

Notas

¹ Deste mesmo sentido de igualdade, refletido por outros gêneros contemporâneos como a tragédia, por exemplo, nos dá conta, no âmbito das **Histórias**, Ciro (1. 86), colocado, depois da anexação da Lídia, diante de um outro monarca que acabava de derrotar e cujo destino estava agora nas suas mãos. Em tudo semelhantes na sua qualidade humana e até no estatuto de soberanos que o destino lhes talhara – homens com autoridade, riqueza e privilégios –, a separá-los estava apenas o acaso, a fragilidade que é lei da vida, e uma “roda da fortuna” que não gira sempre para o mesmo lado.

² Evans (1991, p. 24) avalia o sentido que, em Heródoto, têm os conceitos de *nomos* e *physis*; não se trata propriamente de uma dicotomia, mas de um outro tipo de relacionamento em que *nomos* parece ser uma projeção ou extensão da *physis*.

³ Sobre a intervenção da figura do conselheiro nas **Histórias**, ver: LATTIMORE, 1939, p.24-35; IMMERWAHR, 1966, p.74-5.

⁴ Este princípio revelou-se ultrapassado ao tempo da revolta iônica (finais do séc. VI e inícios do V), quando a segurança do Egeu foi violada pela incursão dos navios persas (cf. 5. 31-34). Sobre o assunto, cf. HIRSCH, 1986, p.222-9.

⁵ A valorização das diferenças entre gregos e bárbaros, ainda que não inédita nas reflexões helênicas, ganha, com o conflito entre gregos e persas, na época clássica, uma dimensão e impacto novos. Sobre a presença tênue da questão na época arcaica, ver: WEILER, 1968, p.21-9.

⁶ Estes são os critérios que Creso faz valer, de forma exemplar, na entrevista com Sólon, como equivalente ao máximo de “prosperidade” humana (1. 29-32).

⁷ De resto a ideia de retribuição – “ama os teus amigos e odeia os teus inimigos” – fazia parte do código ético grego mais tradicional na Grécia. Sobre o tema da vingança em Heródoto, ver: IMMERWAHR, 1956, p.241-80; ROMILLY, 1971, p.314-37; EVANS, 1991, p.15-6.

⁸ Immerwahr (1966, p.152-3) assinala a influência de Heráclito nesta perspectiva assimétrica que Heródoto defende, através da sua teoria da coexistência de contrários.